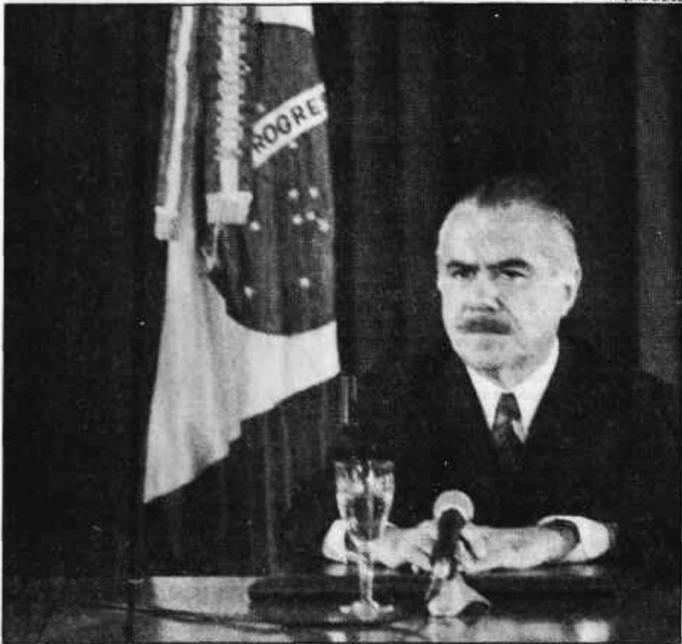


# Sarney: Constituinte dá "favores" de Cz\$ 1 trilhão



Sarney criticou a Constituinte na "Conversa ao Pé do Rádio"; Ulysses rebateu e presidente disse que ele não ouviu o programa

## TSE habilita 30 partidos às eleições

Já chega a 30 o número de partidos habilitados a disputarem as eleições municipais de novembro próximo. Ontem, o Tribunal Superior Eleitoral concedeu registro provisório a duas novas agremiações: o Partido Humanista Nacional (PHN) e o Partido Nacional dos Aposentados (PNA), o segundo se dispôs a defender os interesses dos aposentados brasileiros.

O TSE julgou também o pedido de registro do Partido Socialista (PS), cujo relator foi o presidente em exercício daquela Corte, ministro Aldir Passarinho. Foi dado um prazo de 30 dias para que o partido regularize junto ao Tribunal, a documentação necessária para obter o registro provisório. Mas, por causa dos prazos, o PS poderá não concorrer às eleições de novembro próximo. Segundo funcionários do Tribunal, o partido poderá ir às eleições apenas se apresentar a documentação até terça-feira.

Agora são dois os partidos que pretendem defender os interesses dos aposentados brasileiros (O Partido Nacional dos Aposentados do Brasil conseguiu registro na quinta-feira). Todos os partidos que obtêm o registro provisório têm um ano para organizar-se e conseguir o registro definitivo. Resta ainda ao TSE julgar outros quatro pedidos de registro provisório, o que deverá ocorrer na próxima semana.

Ontem, enquanto o plenário do TSE decidia sobre os registros, o presidente do Partido do Povo Brasileiro (PPB), Antônio Pedreira, distribuiu «santinhos» às pessoas que assistiam à reunião. É que ele é candidato à Presidência da República, pelo partido, e já está em plena campanha. Pedreira, que nas eleições passadas foi candidato do partido ao Senado, pelo Rio de Janeiro, disse estar acompanhando os trabalhos do Tribunal, já que seu partido pretende coligar-se com outros pequenos.



Brossard: hipótese inviável

## Sem os 5 anos, Planalto teria a 2ª renúncia

São Paulo — O presidente Sarney renunciaria se a Constituinte não aprovasse os cinco anos de mandato. Esta decisão do Presidente foi transmitida, como um recado, pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, aos presidentes dos quatro maiores partidos na Constituinte: o deputado Ulysses Guimarães (PMDB), os senadores Marco Maciel (PFL) e Jarbas Passarinho (PDS) e o ex-deputado Paulo Muniz (PTB), no dia 22 de abril último, às vésperas da votação que acabou dando ao Presidente o mandato que ele queria.

Pela primeira vez e três meses depois, um dos participantes do encontro, o senador Jarbas Passarinho revelou o teor da conversa no gabinete do ministro Brossard e confessou — durante almoço com vários dirigentes do PDS paulista — que a decisão de Sarney de renunciar pesou em seu voto pré-cinco anos de mandato presidencial. "Não poderia pôr em dúvida a palavra do presidente da República, dita pelo ministro da Justiça", justificou Passarinho ontem. "Se ele renunciava, seria necessário convocar eleições presidenciais em 30 dias e o eleito governaria por apenas um ano. Haveria, então, ameaça de caos nacional. Eu votei, então, pelos cinco anos", justificou.

## Ulysses rebate: "Constituição não foi feita para o Planalto"

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, refutou ontem as críticas do presidente Sarney ao afirmar que a nova Constituição é feita para o bem-estar das populações que estão nos municípios "e não para os que estão no Palácio do Planalto e muito menos para aqueles que ocupam a sala do Presidente".

Ulysses, visivelmente irritado, reagiu às críticas de Sarney garantindo que a nova Carta oferecerá condições reais de governabilidade jamais inseridas nas Constituições anteriores, citando a reforma tributária, o mandato de injunção, habeas-data, mandato de segurança coletivo como exemplos. Salientou ainda que, se a Constituinte aprovasse apenas um dispositivo decretando a redistribuição de renda no País, "poderíamos voltar para casa que já tínhamos feito um trabalho extraordinário para a qualidade de vida". Citando frase do falecido constituinte Virgílio Tavora, "PT saudações que mando

para várias pessoas". Assim ele deu por encerrada suas considerações sobre as críticas de Sarney.

"Críticas apressadas, incoerentes, não constróem nada e pouco colaboram para o andamento dos trabalhos da Constituinte", reagiu o relator Bernardo Cabral às declarações do Presidente da República. O deputado afirmou que as críticas não podem ser generalizadas, pois atingem a todos de forma injusta, reconhecendo que no texto existem lacunas e contradições, mas que serão corrigidas "fruto do acordo, e não de pressões e críticas". Para Cabral, a opinião pública será o grande juiz, e dirá se as críticas foram acertadas ou não.

### Protestos

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), garantiu que as críticas de Sarney estão embutidas em um plano que visa desmoralizar a única instituição que, hoje, funciona no País: a Constituinte.

## Presidente lamenta a resposta

"Ele não viu minha entrevista à TV, nem ouviu a conversa ao pé do rádio". A declaração, do presidente José Sarney, foi feita ontem à noite, em resposta ao deputado Ulysses Guimarães que, rebatera com dureza suas críticas ao trabalho da Assembléia Nacional Constituinte.

O presidente José Sarney lamentou que Ulysses Guimarães, "por quem tenho grande estima, respeito e consideração, tenha sido vítima de uma calúnia", e afirmou que "faz uma avaliação construtiva" do projeto constitucional, "o

que é meu dever como Presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição".

O Presidente da República, ministros e lideranças do Governo e no Senado têm criticado diversos pontos do projeto constitucional, sob o argumento de que, se mantidos durante a votação do segundo turno, comprometerão a governabilidade do País. Entre eles estão a jornada de seis horas de trabalho e a reforma tributária, que o Governo quer amenizar com a transferência de encargos para os Estados e municípios.

## Mantido direito a voto aos maiores de 16 anos

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), deu ontem parecer contrário às 40 emendas que pretendiam estender aos professores universitários a aposentadoria aos 30 anos, para o homem, e aos 25 anos para a mulher, previstas para os seus colegas de primeiro e segundo graus. Cabral e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, já examinaram 900 das 1.844 emendas à nova Carta.

Bernardo Cabral também decidiu apoiar a manutenção do direito facultativo de voto dos maiores de 16 anos e menores de 18 anos, apesar de ainda não ter divulgada sua decisão sobre o assunto.

A sua dificuldade será conciliar o problema da ininputabilidade para os crimes eleitorais cometidos por menores de 18 anos. Se os eleitores menores estiverem envolvidos em fraude, não poderão ser punidos.

O eleitorado entre 16 e 18 anos é estimado, atualmente, em oito milhões de votos. A maior pressão para a supressão do voto aos 16 anos parte de setores, do Governo, do PMDB e do PFL que costumam concorrer nas eleições com candidatos mais idosos que, de acordo com pesquisa do IBOPE, no Rio e em São Paulo, não obtém grande

## Censura a ministro pode ficar

A moção de censura a ministros, pelo voto de dois terços da Câmara, admitida no projeto de Constituição que será debatido e votado em segundo turno, dia 25 próximo, continuará no texto constitucional, conforme assegurado, ontem, o presidente do Senado, senador Humberto Lucena, do PMDB da Paraíba.

Lucena, que foi o autor do dispositivo incluído no projeto constitucional, está a par da intenção do governo de derrubar a censura aos ministros, mas explicou que já conta, para mantê-la, com o apoio de todos os parlamentares da Constituinte, dos vários partidos de esquerda e, além disso, está traba-

lhando junto aos senadores e deputados a fim de salvar sua ideia.

"Ao presidente Ulysses Guimarães — disse Lucena — pedi apenas que não interferisse nessa matéria e sei que ele vai atender-me. Portanto, estou certo de que a moção de censura continuará".

O presidente do Senado considerava salutar o princípio da moção contra eventuais desmandos de ministros. Além disso, a moção, a seu ver, fortalece o Poder Legislativo. Para ser aprovada, a medida — que pode ser proposta por um terço da Câmara — precisa do apoio de dois terços dos deputados. Ontem, Lucena avistou-se com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

Bernardo Cabral decidiu preservar também toda a estrutura do Capítulo que trata do Sistema Tributário da nova Constituição. Não houve qualquer alteração em relação aos percentuais de distribuição tributária para os Estados e municípios.

Em tom irônico, o parlamentar recomendou que o Presidente olhasse para o espelho e indagasse: "Espelho, espelho meu, existe alguém mais incompetente do que eu?", disse. Para o pedetista, Sarney deveria ocupar cadeia nacional de rádio e TV para explicar como seu Governo conseguiu criar uma inflação galopante, aumentar a dívida externa, e deixar o País no maior descrédito internacional.

Por sua vez o vice-líder do PCB, deputado Augusto Carvalho (DF) afirmou que o presidente Sarney "está apostando no caos social, para explicar sua fracassada gestão no Governo". Para o comunista, a melhor resposta às provocações do Palácio do Planalto será dada com a manutenção dos avanços sociais obtidos nas votações em primeiro turno, no texto final da Constituição. "Mais uma vez o Presidente demonstra incompetência e seu Governo perde credibilidade", comentou o parlamentar. (Marco Antônio Maurício)

## OAB só quer prisão com ordem judicial

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, considera um atentado às liberdades públicas a supressão do texto da Constituição do artigo que exige ordem judiciária para a realização de qualquer prisão, quando não houver flagrante delito. Ele entende que a medida vai conferir aos policiais "o poder arbitrário de efetuar prisões", além de sujeitar qualquer cidadão a ser preso inocentemente.

Por isso, a OAB vai fixar como prioridade a defesa do texto aprovado pela Assembléia Constituinte em primeiro turno de votação e que estabelece: "Ninguém será preso, senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente".

Há dois dias, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) anunciou ter dado parecer favorável às emendas que suprimem a necessidade de ordem judiciária para a efetuação de prisões. Em defesa da medida, o deputado Ulysses Guimarães disse que, se a Constituição limitar as ordens de prisão à intervenção dos juizes não será mais possível a prisão disciplinar (efetuada sob as ordens de militares de escalão mais alto sobre inferiores), nem a prisão determinada por comandantes de navio.

### Protesto

Ele invocou também o exemplo das prisões administrativas, determinadas pelo ministro da Fazenda para punir sonegadores de impostos, apontando-as como um instrumento eficaz em favor do cumprimento das leis tributárias. Mas o presidente da OAB lembra que, apenas durante o Estado Novo e a vigência do AI-5, o Brasil admitiu a efetuação de prisões sem a autorização do juiz. É protesta: "No momento em que a Nação empenha-se na redemocratização do País, constitui verdadeiro absurdo a tentativa de adoção de um mecanismo utilizado somente nos períodos autoritários".

## Konder Reis prevê votação acelerada

Um dos relatores-adjuntos do projeto de Constituição, o deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), disse ao presidente Ulysses Guimarães que provavelmente serão feitas 200 votações eletrônicas no segundo turno, que começará no dia 25.

Para Ulysses, esse número, maior que o esperado, não impedirá que essa fase seja concluída em três semanas.

No segundo turno, para acelerar os trabalhos, Ulysses pretende realizar sessões de manhã e à tarde, estas entrando até o início da noite.

O processo será o mesmo que prevaleceu no final do primeiro turno: as lideranças partidárias procurarão chegar a acordo em torno das emendas.

O presidente José Sarney utilizou ontem a maior parte de seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio" para criticar os pontos da nova Constituição que o Governo deseja ver suprimidos na votação do 2º turno. Sarney disse que, apesar de certos avanços, a Constituinte foi "casuística" ao produzir "uma série de artigos que implicarão em distribuição de favores para alguns e que custarão mais de um trilhão de cruzados", a serem pagos "pelo povo brasileiro". "Só a anistia aos pequenos empresários e agricultores representará um prejuízo de Cz\$ 377 bilhões", disse, criticando também os artigos que determinam a readmissão de servidores públicos demitidos a estabilidade (também para o funcionalismo civil) aos cinco anos de serviço e a aposentadoria pelo pico de salário. "É muito fácil atirar com pólvora alheia", afirmou.



O Presidente atacou também a jornada de trabalho de seis horas, que "vai desorganizar setores industriais" e prejudicar a competitividade dos produtos brasileiros, e citou como exemplo de "idéias boas de consequências danosas" o dispositivo que exige ordem judicial para prisões e a equiparação dos direitos dos trabalhadores avulsos e permanentes.

No encerramento do programa, Sarney reservou elogios às "soluções" encontradas pela Constituinte para a "organização das forças policiais, civis e militares" e para a reforma do Judiciário. E em sua "palavra de otimismo", o Presidente anunciou a descoberta de petróleo no litoral do Paraná e Santa Catarina, reiterou que o governo tem agido com "mão de ferro" no controle do déficit público, e concluiu: "Não existe nenhum perigo de hiperinflação ou inflação descontrolada, como sempre desejam os especuladores como sempre desejam os especuladores e os anunciadores de caos".

## "Povo vai pagar a conta"

"Brasileiras e brasileiros, bom dia.

"Aqui vos fala mais uma vez o presidente José Sarney, na nossa habitual Conversa ao Pé do Rádio das sextas-feiras. Hoje, 15 de julho de 1988, como venho fazendo desde o início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, quero fazer algumas observações sobre o segundo turno das votações previstas para dentro de dez dias. Todos sabem, mas é sempre bom insistir, considero a nova Constituição uma necessidade dos novos tempos do País. Ela é indispensável para a fase democrática que está sendo implantada no Brasil.

"Há três anos, desde que cheguei à Presidência, o povo vive um clima de liberdade e respeito à lei, um clima tão avançado como o desfrutado pelos povos mais civilizados do mundo. Esta situação atual, porém, é um esforço de transição. Com a Constituição e depois de aprovadas as leis complementares, terminará este período e entraremos definitivamente numa nova ordem jurídica permanente. Por isso é importante que a nova Constituição seja um trabalho definitivo, bem pensado, bem redigido, moderno, com um mínimo de erros, sem fantasias ou ilusões, por mais generosas que sejam essas ilusões e essas fantasias.

"Depois de dezoito meses de trabalho e de muita polêmica, a nova Constituição está quase pronta. O projeto contém avanços na área social. Aumenta o elenco dos direitos fundamentais individuais. A nova Constituição torna realidade um velho sonho da democracia brasileira. Torna o Congresso mais forte, dá aos nossos parlamentares meios eficazes de exercer seu poder de fiscalização. Mas não podemos dizer que a Constituição tenha uma unidade. Em alguns pontos ela foi muito mais voltada para o passado do que para o presente e também para o futuro. Em alguns casos, ela foi casuística.

"Quero citar por exemplo alguns excessos do detalhamento de direitos e de relações de trabalho que são alterados com o tempo e que, no entanto, foram elevados a artigos da Constituição. Coisas que devem constar das leis ordinárias entraram injustificadamente no corpo constitucional. Para dar exemplo, o caso da jornada máxima de trabalho, que vai desorganizar alguns setores industriais. Este assunto do número de horas de trabalho é de competência dos sindicatos nos acordos coletivos. A empresa que pode reduzir, reduzir, a que tiver de aumentar, no interesse da empresa e dos trabalhadores, aumenta. Depende de negociação. Há previsão por exemplo de que, com esse dispositivo, teremos dificuldades para colocação dos nossos produtos siderúrgicos, que perdem competitividade no setor internacional e aumentam o preço das mercadorias que necessitam de produtos siderúrgicos no setor interno.

"Pode citar-se também a equiparação dos direitos do trabalhador avulso aos do trabalhador permanente. Isto vai impedir que milhões de pessoas que hoje ganham sua vida prestando serviço avulso, como as faxineiras, por exemplo, continuem trabalhando e que ganhem pelas vezes ou dias em que trabalham. É, em princípio, em aparência, uma idéia boa, mas no fundo é um fato ruim. Dessas imprevidências, porém, saltamos para coisas mais graves, como uma série de artigos que implicarão em distribuição de favores para alguns que custarão, pelos cálculos mais baixos, mais de um trilhão de cruzados.

"E quem paga esse dinheiro? O povo brasileiro. Só anistia aos pequenos empresários e agricultores representará um prejuízo de trezentos e setenta e sete bilhões de cruzados, dos quais 80% dos bancos oficiais. É simpático anistiar devedores em dificuldades, mas o povo brasileiro sabe que quem paga a dívida é ele, ele é que vai pagar a dívida de uns poucos e é muito fácil atrair com pólvora alheia, como diz o ditado popular. Uma série de três artigos nas Disposições Transitórias promove a volta aos serviços públicos de funcionários demitidos, consegue estabilidade aos cinco anos e garante aposentadoria pelo pico de salário que um dia eventualmente qualquer funcionário tenha alcançado. Fala mesmo que a aposentadoria deve ser pela lei vigente à época de sua admissão ao serviço. Esses benefícios alcançaram os servidores federais, estaduais e municipais e demandarão uma despesa tão alta que neste momento é impossível de se avaliar. Para dar um exemplo, só nas Forças Armadas teremos promoção à marechal de muitos e muitos militares. Sem falar em servidores civis de alta hierarquia.

"Eu acredito sinceramente no patriotismo e boa vontade da Constituinte, que deve corrigir esses dispositivos. Deve ter como objetivo principal o bem comum, o bem público, o interesse coletivo e fugir à

pressão de grupos para que não caia em casuismo dessa natureza.

"Outra idéia boa de consequências danosas é o dispositivo que exige ordem judicial para prisões. Eu já tive oportunidade de falar neste assunto neste programa. O desejo que teve o constituinte que apresentou este dispositivo foi de evitar que o cidadão seja vítima de arbítrio. Mas em vez disto o que ele fez foi facilitar a fuga dos bandidos e inviabilizar por exemplo os instrumentos disciplinares internos das Forças Armadas, como a prisão disciplinar imposta pelos superiores nos quartéis e navios de guerra. Nós que estamos tão envolvidos no País inteiro pela violência, com esse dispositivo ficaremos mais tolhidos para combater a violência e a nada mais aspira o povo hoje em dia do que a tranquilidade e segurança. Também esse dispositivo impedirá as prisões administrativas que podem ser determinadas pelos ministros de Estado, prejudicando portanto o combate à corrupção. Prejudicará o ministro da Justiça a decretar a prisão de estrangeiros que estejam irregularmente no País. Esse artigo, portanto, no lugar de proteger o cidadão vai comprometer os instrumentos de defesa da própria sociedade contra a delinquência e a contravenção.

"Deu o projeto excelente solução à reforma do Poder Judiciário, à organização do Ministério Público, à advocacia geral da União e das forças policiais, civis e militares. Nem tudo, porém, pode ser perfeito, sobretudo uma Constituição nascida de um esforço para harmonizar posições ideológicas divergentes e muitas vezes antagônicas. Citamos aqui alguns casos exemplares que precisam ser corrigidos nesta segunda fase em que a Constituição vai rever e repensar o projeto de Constituição. Tem muitos dispositivos que precisam ser devidamente corrigidos. E eu espero que a Constituinte, com patriotismo, possa elaborar esse trabalho em favor do Brasil. E o que espera o povo brasileiro.

"Agora, para terminar essa conversa, uma palavra de otimismo, como sempre faço, citando fatos. Eu quero anunciar mais uma vez a descoberta de petróleo no litoral do Paraná e Santa Catarina, que tive a satisfação de anunciar na última quarta-feira, dia 13 de julho. Estamos diante de um novo campo de grandes proporções, com quarenta quilômetros quadrados de extensão, a cento e setenta quilômetros da costa, com uma vazão comercial que pode chegar a dez mil barris/dia de um óleo de excelente qualidade. Nestes três anos não estamos com um trabalho excelente da Petrobrás, de pesquisa, revertendo a posição do Brasil neste setor.

"Nos estamos abrindo a perspectiva de o País tornar-se auto-suficiente em petróleo e até mesmo poder viumbrar no futuro ser exportador de petróleo. Nós estamos desmentindo com os fatos aquela profecia de que o Brasil era um País pobre em hidrocarbonetos. Dentro de dez dias eu vou ao Amazonas para assistir à entrada em operação do campo de petróleo de Urucu, que também tive oportunidade de anunciar aqui no dia em que foi descoberto. As descobertas da Ilha de Marajó, também, que anunciei, são da maior importância e em breve teremos mais informações a dar aos brasileiros através do segundo poço exploratório que será furado naquela região.

"A verdade é que estamos avançando, aumentando cada vez mais nossas reservas, ampliando nossa produção e temos que ser otimistas como sempre fomos em relação ao nosso País.

"Quero também comunicar que a política fiscal está sendo executada firmemente. Recebi ontem do ministro da Fazenda a informação de que o déficit público neste ano — até o mês de maio, são os dados que temos disponíveis —, foi de 0,85, o que assegura o cumprimento da meta de 4% folgadoamente até o fim do ano. Temos agido com mão de ferro, mas o resultado virá.

"Ao passado, nesse mesmo período, nós tínhamos tido um déficit de 1,85%. Os choques dos preços agrícolas, portanto, estão ligados à recuperação dos preços do arroz, do milho, da soja, do feijão e outros, e a alta verificada no setor internacional por causa da seca nos Estados Unidos. Nada que diga respeito à nossa política econômica, isto é: nenhum perigo de hiperinflação ou inflação descontrolada como sempre desejam os especuladores e os anunciadores de caos.

"Quero mais uma vez despedir-me das brasileiras e brasileiros, reafirmando a nossa crença do nosso grande País, no nosso grande povo, que tem sempre, para cada fato negativo, muitos fatores positivos, não alimentando nossas esperanças, mas confirmando as esperanças e confirmando as certezas.

"Bom dia, muito obrigado e até a próxima sexta-feira".